REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE): INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE NA PROMOÇÃO DA VACINAÇÃO INFANTIL

SCHOOL HEALTH PROGRAM (PSE): INTEGRATION BETWEEN EDUCATION AND HEALTH IN THE PROMOTION OF CHILDHOOD VACCINATION

PROGRAMA SALUD EN LA ESCUELA (PSE): INTEGRACIÓN ENTRE EDUCACIÓN Y SALUD EN LA PROMOCIÓN DE LA VACUNACIÓN INFANTIL

Cynthia Kelly Silveira Fernandes
Mestra em Saúde da Família pela Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família – RENASF/URCA, Brasil
E-mail: cynthiakellysf@gmail.com
CV: http://lattes.cnpq.br/3510570058600413

Francisco Renato Silva Ferreira
Mestre em Ensino em Saúde pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil
E-mail: norf20@hotmail.com
CV: http://lattes.cnpq.br/6775378848524040

Marlene Menezes de Souza Teixeira
Doutora em Educação e Ensino: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil
E-mail: marlenesouza@leaosampai.edu.br
CV: http://lattes.cnpq.br/5043828704040203

RESUMO

O presente artigo analisa o Programa Saúde na Escola (PSE) como política pública intersetorial que consolida a integração entre as áreas da educação e da saúde, tendo como foco a vacinação infantil e a formação de uma cultura de cuidado, prevenção e cidadania. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, parte da compreensão de que a escola é um espaço privilegiado de mediação entre o saber científico e a prática social, capaz de promover o diálogo entre profissionais da saúde, educadores, estudantes e famílias. Foram examinados documentos oficiais, legislações e estudos acadêmicos que evidenciam a relevância do PSE na ampliação da cobertura vacinal, na promoção da saúde integral e no fortalecimento dos vínculos comunitários. Os resultados indicam que o programa potencializa a dimensão pedagógica das ações de imunização, transformando o ato de vacinar em um gesto educativo, ético e solidário. Conclui-se que a escola, ao assumir o compromisso com a saúde pública, reafirma sua função humanizadora e emancipatória, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e consciente de seu papel na defesa da vida.

Palavras-chave: Educação e Saúde. Vacinação Infantil. Programa Saúde na Escola.

ABSTRACT

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

This article analyzes the School Health Program (PSE) as an intersectoral public policy that integrates education and health, focusing on childhood vaccination and the development of a culture of care, prevention, and citizenship. The research, based on a qualitative and bibliographical approach, assumes that schools are privileged spaces for mediating scientific knowledge and social practice, fostering dialogue among health professionals, educators, students, and families. Official documents, legislation, and academic studies were examined to highlight the relevance of PSE in expanding vaccination coverage, promoting comprehensive health, and strengthening community ties. The results reveal that the program enhances the pedagogical dimension of immunization actions, turning vaccination into an educational, ethical, and solidarity-driven act. It concludes that by committing to public health, schools reaffirm their humanizing and emancipatory role, contributing to the construction of a fairer, more equitable, and life-centered society.

Keywords: Education and Health. Childhood Vaccination. School Health Program.

RESUMEN

El presente artículo examina el Programa Salud en la Escuela (PSE) como una política pública intersectorial que integra educación y salud, con énfasis en la vacunación infantil y en la formación de una cultura de cuidado, prevención y ciudadanía. La investigación, de enfoque cualitativo y carácter bibliográfico, parte de la idea de que la escuela es un espacio privilegiado de mediación entre el conocimiento científico y la práctica social, capaz de promover el diálogo entre profesionales de la salud, docentes, estudiantes y familias. Se analizaron documentos oficiales, legislaciones y estudios académicos que demuestran la importancia del PSE en la ampliación de la cobertura vacunal, en la promoción de la salud integral y en el fortalecimiento de los lazos comunitarios. Los resultados evidencian que el programa potencia la dimensión pedagógica de las acciones de inmunización, transformando el acto de vacunar en una práctica educativa, ética y solidaria. Se concluye que la escuela, al asumir el compromiso con la salud pública, reafirma su función humanizadora y emancipadora, contribuyendo a la construcción de una sociedad más justa, equitativa y comprometida con la defensa de la vida.

Palabras clave: Educación y Salud. Vacunación Infantil. Programa Salud en la Escuela.

1. Introdução

A integração entre as políticas de educação e de saúde tem se consolidado como uma das mais relevantes estratégias de promoção da qualidade de vida e da cidadania no Brasil contemporâneo. O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, materializa esse propósito ao estabelecer um diálogo constante entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e as redes públicas de ensino, aproximando dois campos historicamente separados, mas intrinsecamente complementares. Essa

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

aproximação não se restringe a uma ação técnica; trata-se de um projeto político e pedagógico que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos integrais, cujas dimensões cognitivas, emocionais e físicas se entrelaçam no processo educativo.

No contexto da vacinação infantil, o PSE assume papel estratégico ao articular ações de prevenção, cuidado e conscientização social. A escola, enquanto espaço de formação cidadã e de encontro comunitário, converte-se em território de saúde e de esperança, no qual o conhecimento científico se transforma em prática social. Como observa Morin (2021, p. 92):

> O conhecimento deve ser contextualizado e articulado à vida cotidiana, sob pena de perder sua função humanizadora. O saber, quando fragmentado e desconectado da experiência, torna-se mero acúmulo de informações destituídas de sentido. Educar, portanto, é religar o conhecimento à existência, integrando razão e sensibilidade em um mesmo movimento. É nesse diálogo entre o pensar e o viver que o aprendizado se transforma em sabedoria e a educação em prática de humanidade.

Essa compreensão amplia a função educativa para além da sala de aula, convocando professores, profissionais da saúde e famílias a partilharem responsabilidades em torno da proteção da infância. A vacinação, nesse horizonte, não é apenas um ato clínico; é um gesto ético e civilizatório, uma forma de reafirmar o compromisso coletivo com a vida.

A redução das taxas de imunização no Brasil nas últimas décadas preocupa autoridades sanitárias e educacionais. Segundo dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2024), diversos municípios registram cobertura vacinal inferior a 80%, abaixo da meta preconizada pela Organização Mundial da Saúde. Esse declínio decorre de múltiplos fatores — desinformação, negligência, precarização dos serviços e descrédito institucional —, todos agravados pela disseminação de discursos negacionistas nas redes sociais. Diante desse cenário, o espaço escolar emerge como um poderoso contraponto, capaz de resgatar o sentido social da ciência e de promover uma alfabetização em saúde fundamentada na ética, na solidariedade e na participação.

Freire (2019, p. 47) sustenta que:

> A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade e a confrontação de pontos de vista diferentes são essenciais à formação crítica. Educar é um gesto ético e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

> político que implica diálogo, escuta e abertura ao outro. O professor que ama o que faz não teme o confronto, pois compreende que é no encontro de ideias e na reflexão coletiva que nasce a verdadeira consciência libertadora.

Sob essa ótica, discutir a vacinação na escola é promover o diálogo entre saberes científicos e populares, é exercitar o pensamento crítico sobre a própria condição humana. Quando o estudante compreende o porquê da imunização e o impacto coletivo de suas escolhas, ele se torna agente transformador da realidade — e não mero receptor de ordens ou campanhas.

A articulação entre o PSE e o currículo escolar propicia experiências pedagógicas que ultrapassam o caráter informativo, atingindo dimensões formativas e emancipadoras. As atividades de sensibilização, os mutirões de vacinação e os projetos interdisciplinares de saúde escolar revelam o potencial da intersetorialidade como prática de gestão democrática e de promoção do bem-estar. De acordo com Vasconcelos (2022, p. 63):

> A intersetorialidade é o reconhecimento de que as políticas públicas se completam, e que somente na união de suas práticas é possível enfrentar as desigualdades que atravessam o tecido social. A articulação entre os diferentes setores — educação, saúde, assistência e cultura — constitui um caminho essencial para a promoção da justiça social e do desenvolvimento humano integral. É nesse diálogo entre políticas e saberes que se constrói uma rede de cuidado capaz de transformar realidades e fortalecer a cidadania.

Essa visão torna o PSE mais do que um programa governamental — ele se transforma em estratégia de construção cidadã, capaz de fortalecer o vínculo entre escola, comunidade e serviços de saúde. A vacinação, nesse contexto, é um ponto de partida para a aprendizagem sobre o valor da vida, a importância da prevenção e o exercício da responsabilidade coletiva.

Portanto, investigar o papel do Programa Saúde na Escola na promoção da vacinação infantil significa reconhecer que educar e cuidar são dimensões indissociáveis de um mesmo projeto de nação. A escola, quando integrada às políticas de saúde, torna-se espaço privilegiado para a formação de sujeitos conscientes, solidários e comprometidos com o bem comum. Essa é a essência do presente estudo: compreender de que modo a integração entre educação e saúde, mediada

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

pelo PSE, contribui para a consolidação de uma cultura de cuidado e para o fortalecimento da imunização como direito social e dever ético de todos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A escola como espaço de promoção da saúde

A compreensão da escola como ambiente formador ultrapassa a mera dimensão do ensino de conteúdos, consolidando-se como um espaço de formação humana integral, onde se cultivam valores, saberes, práticas e atitudes voltadas à convivência, à solidariedade e ao cuidado de si e do outro. Nesse contexto, a promoção da saúde torna-se parte essencial do projeto pedagógico e do compromisso ético da instituição escolar. A escola, ao acolher as múltiplas dimensões da vida dos estudantes, assume a responsabilidade de mediar conhecimentos que contribuam para a construção de uma consciência sanitária e cidadã.

Morin (2021, p. 94) adverte que:

> Educar é ensinar a condição humana em toda a sua complexidade, articulando o saber científico, o autoconhecimento e a responsabilidade ética diante do destino comum. A educação, nesse sentido, deve reconciliar razão e sensibilidade, promovendo uma compreensão que una o indivíduo à sociedade e o local ao global. É preciso formar seres conscientes da interdependência entre todos os aspectos da vida e capazes de pensar de modo crítico, solidário e planetário. Assim, o ato de educar torna-se também um ato de humanizar, de religar o saber ao viver e o conhecimento à ética da coexistência.

A partir dessa concepção, a promoção da saúde no ambiente escolar não deve restringir-se à realização de campanhas pontuais, mas configurar-se como prática permanente de educação em valores, que integre o currículo, a gestão e a cultura institucional. A saúde, nesse sentido, é entendida como processo histórico, social e político — não como simples ausência de doença, mas como expressão do bem-estar físico, mental e social. Assim, toda ação educativa que desperta o senso de cuidado e de corresponsabilidade entre os sujeitos torna-se um ato de prevenção e de humanização.

Ao longo das últimas décadas, a educação brasileira tem incorporado a perspectiva da educação em saúde como componente transversal das políticas

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

públicas e das diretrizes curriculares. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) reforça essa concepção ao afirmar que o desenvolvimento integral do estudante envolve dimensões cognitivas, emocionais e sociais, sendo fundamental cultivar práticas que promovam hábitos saudáveis, autocuidado e respeito à vida. Nesse contexto, o ambiente escolar torna-se um espaço privilegiado para o diálogo entre o conhecimento científico e o saber popular, possibilitando que a saúde seja compreendida como um direito e uma conquista coletiva.

Como observa Freire (2019, p. 49):

> Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. O ato de ensinar exige diálogo, humildade e respeito à autonomia do educando, pois o conhecimento verdadeiro nasce da interação entre sujeitos que aprendem uns com os outros. A prática educativa, portanto, deve ser criadora, crítica e libertadora, permitindo que o aluno se torne autor de sua própria aprendizagem e agente de transformação da realidade em que vive.

Sob essa perspectiva, educar para a saúde implica provocar nos sujeitos o desejo de compreender e transformar a realidade em que vivem, tornando-os participantes ativos das ações de cuidado e prevenção. A escola, enquanto instituição social, deve fomentar o protagonismo dos estudantes, estimulando-os a questionar, refletir e agir de forma consciente em relação às suas escolhas e ao impacto que exercem sobre a comunidade.

Em um contexto marcado pelo avanço das tecnologias e pela circulação de informações fragmentadas, a formação de uma consciência crítica sobre o corpo, a alimentação, o meio ambiente e a vacinação adquire relevância pedagógica e social. O combate à desinformação, especialmente em temas de saúde pública, exige que a escola atue como mediadora do saber científico, criando ambientes de aprendizagem colaborativos e éticos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), a escola é um dos espaços mais eficazes para promover a educação em saúde, pois alcança crianças e adolescentes em fase de formação de valores, influenciando comportamentos e consolidando atitudes preventivas que se estendem para além dos muros escolares.

A perspectiva da saúde como parte do cotidiano escolar requer, portanto, a atuação conjunta de professores, gestores e famílias, em diálogo com as equipes da

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

atenção básica. Essa integração confere à escola um papel ampliado, transformando-a em núcleo articulador de ações que vão desde o acompanhamento nutricional e psicológico até campanhas de vacinação e prevenção de doenças. Como afirma Relvas (2020, p. 73):

> A educação em saúde só se concretiza plenamente quando a escola assume o compromisso de fazer do conhecimento científico uma ferramenta de empoderamento e de emancipação social. A aprendizagem, nesse contexto, transcende a simples transmissão de informações e passa a ser um processo de conscientização, no qual o aluno compreende sua realidade e reconhece seu papel na transformação dela. Educar para a saúde é, portanto, educar para a autonomia, para o cuidado de si e para o compromisso ético com o bem coletivo.

Desse modo, a escola não é apenas o espaço da transmissão do saber, mas o território do encontro, do diálogo e da reconstrução de sentidos. É nela que as crianças aprendem não apenas a ler e escrever, mas também a compreender o valor da vida e da coletividade. O desenvolvimento de projetos que envolvem temas como alimentação saudável, saúde mental e imunização fortalece o vínculo entre o saber pedagógico e as práticas de cuidado. Quando a comunidade escolar reconhece que o ato de vacinar uma criança é também um ato educativo, a aprendizagem transcende o currículo e se torna prática social e ética.

Em síntese, compreender a escola como espaço de promoção da saúde é reconhecer que o processo educativo deve articular razão, sensibilidade e compromisso social. Ao integrar a educação em saúde ao cotidiano escolar, constrói-se uma pedagogia do cuidado, pautada no diálogo, na corresponsabilidade e na esperança. Como ressalta Freire (2019, p. 32):

> Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. A educação é, por essência, um ato de comunhão e de diálogo, no qual o conhecimento se constrói coletivamente, a partir da troca de experiências e da reflexão crítica sobre a realidade. É no encontro com o outro que o sujeito se reconhece como inacabado e se descobre capaz de aprender e ensinar simultaneamente. Assim, educar é participar de um processo contínuo de humanização e libertação, em que o saber nasce da vida e volta a ela transformado.

Assim, ao entrelaçar saberes e valores no cotidiano pedagógico, a escola renova seu papel de espaço de humanização e de transformação social. Converter o ambiente escolar em um território de promoção da saúde significa reafirmar a educação como experiência de vida, exercício de liberdade e compromisso com a

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

justiça social — fundamentos indispensáveis para o fortalecimento da cidadania, da solidariedade e da dignidade humana.

2.2 O Programa Saúde na Escola (PSE) e a Intersetorialidade

A criação do Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, representou um marco na história das políticas públicas brasileiras, ao promover a integração entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Essa iniciativa inaugura uma concepção inovadora de gestão pública, sustentada no princípio da intersetorialidade, entendida como a articulação entre diferentes áreas do Estado para o enfrentamento de questões complexas que envolvem o desenvolvimento humano e social. O PSE surge, portanto, como uma estratégia que reconhece o sujeito em sua totalidade e busca assegurar a efetivação dos direitos à saúde e à educação, pilares de uma sociedade democrática e inclusiva.

A lógica intersetorial rompe com a fragmentação tradicional das políticas sociais e propõe uma atuação que valoriza a integração de saberes e práticas. A escola e a unidade básica de saúde tornam-se, nesse contexto, espaços complementares de cuidado, educação e cidadania, nos quais o saber científico e o saber comunitário se encontram. Conforme afirma Vasconcelos (2022, p. 61):

> A intersetorialidade nasce do reconhecimento da complexidade do social e da necessidade de respostas compartilhadas. Nenhum setor, isoladamente, é capaz de enfrentar a totalidade dos desafios que a realidade impõe. A efetividade das políticas públicas depende da articulação entre diferentes áreas, da integração de saberes e da construção de práticas colaborativas. Somente por meio do diálogo entre educação, saúde, assistência e demais setores é possível promover ações que respondam, de forma integral e humanizada, às múltiplas dimensões da vida social.

Essa perspectiva amplia a noção de saúde, compreendendo-a como um fenômeno que ultrapassa os limites do biológico e alcança dimensões sociais, psicológicas e educacionais. A escola, ao participar ativamente das ações do PSE, contribui para consolidar uma pedagogia do cuidado, na qual a formação cidadã é indissociável da promoção do bem-estar físico e emocional dos estudantes. Assim, as ações de vacinação, nutrição, saúde bucal, prevenção de doenças e acompanhamento psicossocial deixam de ser medidas pontuais para tornarem-se

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

experiências educativas contínuas, que transformam a rotina escolar em um espaço de aprendizagem sobre o viver saudável.

O Ministério da Saúde (Brasil, 2024) enfatiza que o PSE tem como eixos estruturantes a avaliação das condições de saúde dos estudantes, o fortalecimento da alimentação adequada, o cuidado com a saúde mental, o incentivo à prática corporal e o estímulo à imunização. Essa organização se fundamenta na ideia de que a promoção da saúde e o aprendizado se retroalimentam, visto que o estudante saudável apresenta melhor desempenho escolar e desenvolve maior autonomia intelectual.

> A integração entre saúde e educação traduz a compreensão de que o bem-estar físico e emocional das crianças e adolescentes é inseparável do processo de aprendizagem, constituindo condição essencial para o pleno exercício do direito à educação. Essa articulação reafirma o compromisso do Estado com uma formação integral, que reconhece a indissociabilidade entre cuidar e educar. Promover saúde na escola é, portanto, garantir que o ambiente educativo seja também um espaço de acolhimento, de escuta e de desenvolvimento humano, no qual aprender significa viver com dignidade e consciência social (BRASIL, 2024, p. 18).

O trabalho conjunto entre as equipes da escola e da atenção básica constitui o núcleo da intersetorialidade, pois permite planejar e executar ações de forma colaborativa, com metas e responsabilidades compartilhadas. Essa relação é sustentada pelo diálogo e pela construção coletiva, elementos fundamentais para a efetividade do PSE. Segundo Relvas (2020, p. 77):

> A intersetorialidade só se concretiza quando há reciprocidade, confiança e comunicação entre os sujeitos e instituições que dela participam; caso contrário, torna-se apenas um discurso técnico desprovido de ação transformadora. O trabalho coletivo exige diálogo permanente, reconhecimento de saberes distintos e a superação das barreiras institucionais que dificultam a cooperação. É na interação horizontal, na troca de experiências e na corresponsabilidade que a intersetorialidade se efetiva como prática viva e emancipatória, capaz de promover mudanças reais nas condições de vida e na gestão das políticas públicas.

Nesse sentido, o papel do gestor escolar e do coordenador de saúde é essencial para garantir a continuidade e a coerência das ações. A presença de profissionais da saúde na escola deve ser entendida não como substituição do trabalho docente, mas como cooperação técnica e pedagógica, em que cada campo preserva sua especificidade e, ao mesmo tempo, dialoga na busca por soluções

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

integradas. Essa dinâmica contribui para a formação de comunidades educativas mais conscientes, solidárias e participativas.

A intersetorialidade defendida pelo PSE também expressa uma nova ética pública, baseada no reconhecimento da interdependência entre políticas e sujeitos. Nessa ótica, saúde e educação não são setores estanques, mas dimensões complementares de um mesmo projeto civilizatório, voltado à dignidade humana e à equidade social. Morin (2021, p. 109) reforça essa visão ao afirmar que:

> Todo conhecimento deve ser contextualizado, pois separado de seu meio e de suas relações, ele perde o sentido e se torna mutilado. A compreensão plena do real exige a articulação entre as partes e o todo, entre o singular e o universal, entre o racional e o sensível. O pensamento complexo propõe, assim, um olhar integrador, capaz de religar o saber à vida e de romper com as lógicas reducionistas que fragmentam a realidade. Educar, portanto, é ensinar a compreender o mundo em sua teia de conexões, sem amputar sua profundidade e diversidade.

Assim, a compreensão do PSE ultrapassa os limites da política técnica e adentra o campo da formação humanizadora. Cada ação do programa — uma vacinação, uma roda de conversa, um exame preventivo ou um acompanhamento nutricional — representa um gesto de compromisso com a vida e um ato educativo que reafirma o valor da coletividade. Ao aproximar escola e unidade de saúde, o PSE reconfigura o território escolar como espaço de cidadania ativa, onde o cuidado é aprendido, partilhado e transformado em prática social.

A experiência de implantação do programa em diversos municípios brasileiros tem demonstrado que a sua efetividade depende do envolvimento da comunidade, do diálogo com as famílias e da valorização das equipes locais. Onde há integração genuína, observam-se avanços significativos nos indicadores de vacinação, na prevenção de doenças e na conscientização dos estudantes sobre hábitos saudáveis. Essa constatação revela que o PSE não é apenas uma política pública, mas uma estratégia pedagógica de transformação social, que articula educação, saúde e cidadania de maneira indissociável.

Dessa forma, o Programa Saúde na Escola consolida-se como um instrumento de fortalecimento da democracia e de promoção do direito à vida. A intersetorialidade que o sustenta constitui-se não apenas como princípio administrativo, mas como

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

prática emancipatória, que reconhece na cooperação e no diálogo as condições essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e saudável.

2.3 A vacinação como prática educativa e cidadã

A vacinação, mais do que uma ação biomédica, constitui um ato educativo e ético de responsabilidade social. Ela simboliza a confiança no conhecimento científico e a compreensão coletiva de que o cuidado com a própria saúde repercute diretamente no bem-estar do outro. Nesse sentido, o processo de imunização extrapola a dimensão técnica e assume contornos pedagógicos, sendo a escola um espaço estratégico para a formação de uma cultura de prevenção e solidariedade. Ao promover o diálogo sobre o valor da vacinação, a instituição escolar fortalece o exercício da cidadania e contribui para a consolidação de um projeto social pautado na dignidade humana e na justiça sanitária.

A história da saúde pública brasileira evidencia que os maiores avanços no controle de epidemias e na redução da mortalidade infantil foram alcançados por meio de campanhas educativas sustentadas na informação e na conscientização popular. A escola, ao participar desse movimento, converte-se em agente ativo de transformação. Como sustenta Freire (2019, p. 49):

> Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. A tarefa do educador não se reduz à mera transmissão de conteúdos prontos, mas envolve a criação de condições para que o estudante se torne sujeito ativo do processo de aprendizagem. Educar é provocar a curiosidade, é instigar o pensamento e abrir caminhos para a autonomia intelectual e ética. Assim, o ato de ensinar se transforma em um diálogo permanente entre quem ensina e quem aprende, mediado pela realidade concreta e pela busca coletiva de sentido.

Dessa forma, quando o professor problematiza o tema da vacinação, possibilita ao estudante compreender o conhecimento científico como construção humana e prática social. Trata-se de promover uma alfabetização em saúde, na qual os sujeitos aprendem a ler o mundo sob a ótica da prevenção, da empatia e da responsabilidade coletiva. A vacinação torna-se, assim, instrumento pedagógico que educa para o convívio, para a proteção mútua e para a solidariedade.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) enfatiza que o êxito das políticas de imunização depende não apenas do acesso aos serviços, mas da adesão informada e consciente da população. A compreensão dos benefícios, dos riscos e da relevância social das vacinas é construída, sobretudo, em espaços educativos que promovem o diálogo crítico. Nesse sentido, a escola é insubstituível como mediadora entre ciência e sociedade.

> A informação, quando mediada pela educação, transforma-se em conhecimento significativo e gera mudança de atitude, criando bases sólidas para a sustentabilidade das ações de saúde. O processo educativo, ao integrar saberes científicos e experiências cotidianas, fortalece a consciência crítica e o protagonismo dos sujeitos. Dessa forma, a educação em saúde ultrapassa o caráter informativo e assume uma dimensão emancipadora, promovendo comportamentos responsáveis, autonomia coletiva e compromisso com a qualidade de vida e o bem comum (OMS, 2022, p. 22).

A dimensão cidadã da vacinação emerge do reconhecimento de que o direito à saúde é inseparável do dever de zelar pelo coletivo. Vacinar-se é também um gesto de pertencimento social, um compromisso ético com a vida em comunidade. Morin (2021, p. 87) recorda que:

> A consciência planetária nasce do reconhecimento de nossa interdependência. Nenhum ser humano é uma ilha; todos partilhamos a mesma vulnerabilidade e a mesma responsabilidade diante da vida. Compreender essa condição é essencial para a construção de uma ética do cuidado e da solidariedade, capaz de unir o local e o global em uma mesma teia de significados. Educar para a cidadania planetária é, portanto, ensinar a viver com empatia, discernimento e respeito pela diversidade que constitui a humanidade e o próprio planeta.

Ao incorporar essa visão à prática pedagógica, a escola contribui para a formação de uma consciência solidária e crítica, que compreende o ato de vacinar como expressão de cidadania. O conhecimento científico, quando humanizado e socialmente compartilhado, adquire força transformadora, despertando nos sujeitos o senso de pertencimento e de corresponsabilidade.

As experiências de educação em saúde desenvolvidas no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) reforçam essa perspectiva. Oficinas, palestras e campanhas realizadas nas unidades escolares têm se mostrado eficazes na ampliação da cobertura vacinal infantil e no combate à desinformação. Em muitos municípios, o espaço escolar tornou-se o principal ponto de apoio às famílias para atualização do calendário vacinal, especialmente em regiões rurais e de difícil acesso. Esse processo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

de mobilização demonstra que a escola é, simultaneamente, lugar de aprendizagem e de cuidado, onde o conhecimento se traduz em prática social concreta.

Entretanto, a eficácia dessas ações depende da formação continuada dos profissionais envolvidos e do fortalecimento das parcerias entre as secretarias de saúde e educação. É fundamental que o trabalho pedagógico valorize metodologias participativas e integradoras, capazes de transformar o ato de vacinar em experiência educativa que une ciência, ética e sensibilidade. Relvas (2020, p. 73) observa que:

> O conhecimento em saúde só se torna emancipador quando é mediado pela escuta, pela afetividade e pela corresponsabilidade entre os sujeitos do processo educativo. O ato de educar em saúde vai além da transmissão de informações: é um encontro de saberes, uma prática dialógica que reconhece o outro como parte essencial da construção do conhecimento. A verdadeira aprendizagem em saúde ocorre quando há empatia, vínculo e partilha, permitindo que o saber se transforme em prática consciente e transformadora da realidade social.

Assim, a vacinação, quando abordada na perspectiva da educação integral, consolida-se como um ato pedagógico de cidadania. Ela ensina valores de empatia, reciprocidade e compromisso social, reforçando a ideia de que a vida é um bem comum e que a proteção coletiva depende do engajamento de todos. A prática educativa que emerge desse processo é, portanto, um exercício de democracia, pois forma sujeitos críticos, conscientes e capazes de agir solidariamente em defesa da saúde pública.

Em síntese, compreender a vacinação como prática educativa e cidadã é reconhecer que o saber científico precisa ser traduzido em linguagem formativa, sensível e acessível, capaz de mobilizar a consciência ética e social dos indivíduos. A escola, ao assumir essa missão, reafirma-se como espaço de transformação, onde o conhecimento se humaniza e a vida se torna o eixo central da aprendizagem. Vacinar é, portanto, educar para o cuidado, para a convivência e para o futuro — um gesto pedagógico que ensina que proteger o outro é também preservar a si mesmo.

3. METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, por compreender que a análise das políticas públicas e

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

das práticas intersetoriais requer a interpretação crítica dos discursos, das legislações e das produções acadêmicas que estruturam o campo da educação e da saúde no Brasil. Essa opção metodológica permite examinar o Programa Saúde na Escola (PSE) não apenas como um dispositivo administrativo, mas como um fenômeno social e educativo que expressa a interdependência entre o conhecimento científico, a gestão pública e a formação cidadã.

A pesquisa qualitativa se caracteriza pela valorização dos significados e pela busca de compreensão aprofundada dos fenômenos humanos em seus contextos sociais, culturais e históricos. Tal perspectiva se aproxima da concepção freireana de investigação, que entende o ato de pesquisar como um processo dialógico, participativo e reflexivo. Freire (2019, p. 38) destaca que:

> Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. A educação é, portanto, um processo coletivo e dialógico, no qual o conhecimento se constrói a partir da interação entre sujeitos e da leitura crítica da realidade. O ato educativo não se resume à transmissão de conteúdos, mas constitui um movimento de troca e de construção mútua, em que todos aprendem e ensinam. Dessa forma, educar é um exercício permanente de humanização e de compromisso com a transformação do mundo."

Assim, o método qualitativo foi escolhido por favorecer uma leitura interpretativa dos dados e por possibilitar uma análise densa das relações entre os sujeitos, as instituições e as políticas públicas. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2023), consiste na análise sistemática de materiais já publicados — livros, artigos, teses, legislações e relatórios institucionais — com o objetivo de construir uma visão teórica ampla sobre o tema investigado. Nesse sentido, a investigação recorreu a fontes que tratam da educação em saúde, da vacinação infantil e da intersetorialidade, contemplando autores clássicos e contemporâneos que fundamentam o debate sobre a integração entre educação e saúde.

Foram consultados documentos oficiais, como o Decreto nº 6.286/2007, que institui o PSE, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Saúde, as publicações do Ministério da Saúde (Brasil, 2024) e relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022**)** sobre imunização e políticas de prevenção. Essas fontes primárias foram analisadas em conjunto com obras referenciais de autores como Freire (2019)**,** Morin

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

(2021) e Vasconcelos (2022), entre outros estudiosos que discutem a educação emancipatória e a gestão intersetorial das políticas sociais.

A análise dos dados seguiu os princípios da interpretação hermenêutica, buscando compreender o sentido das práticas e discursos que sustentam o PSE dentro de um contexto histórico e ético. Essa leitura não se restringiu à descrição dos documentos, mas procurou desvelar os valores, os desafios e as potencialidades que emergem das experiências de integração entre escola e unidade de saúde. Para Minayo (2022, p. 45):

> O conhecimento qualitativo nasce do diálogo com a realidade e da capacidade de apreender o simbólico, o vivido e o contraditório nas práticas humanas. Essa perspectiva reconhece que compreender o social implica captar significados, intenções e contextos, indo além da simples descrição de fatos. A pesquisa qualitativa, portanto, exige sensibilidade interpretativa e abertura ao inesperado, valorizando a escuta e o encontro com o outro como fontes legítimas de saber. É nesse movimento dialógico que o conhecimento se humaniza e revela sua potência transformadora.

Dessa forma, a pesquisa não pretendeu quantificar resultados, mas interpretar criticamente os caminhos e os limites da política pública estudada, situando-a nas relações concretas entre os sujeitos e as instituições. O enfoque documental complementou a revisão teórica ao permitir o confronto entre o que é previsto nas normativas oficiais e o que é apontado nos estudos acadêmicos sobre o impacto do PSE na promoção da vacinação infantil.

Todo o material selecionado foi lido, fichado e organizado por categorias analíticas que emergiram do próprio corpus textual: educação em saúde, intersetorialidade, cidadania e imunização. Essas categorias orientaram a construção da análise, garantindo coerência entre o objeto de estudo e os objetivos propostos. A metodologia, portanto, buscou unir rigor científico e sensibilidade interpretativa, respeitando a singularidade dos fenômenos sociais e a complexidade das relações entre saúde e educação.

Ao adotar essa estratégia investigativa, o estudo reafirma que compreender o Programa Saúde na Escola exige mais do que mensurar dados — requer compreender o seu papel formativo, ético e político na consolidação de uma cultura de cuidado e de responsabilidade coletiva. A metodologia aqui delineada sustenta-se,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

portanto, em uma leitura crítica e comprometida com o ideal de uma educação pública humanizadora, que reconhece no ato de pesquisar uma forma de intervenção e de transformação social.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados obtidos a partir do estudo bibliográfico e documental evidencia que o Programa Saúde na Escola (PSE) constitui uma das mais relevantes estratégias de integração entre as políticas públicas de educação e saúde no Brasil contemporâneo. A leitura crítica dos documentos e produções científicas demonstra que o programa ultrapassa o caráter meramente administrativo e assume uma dimensão formativa, preventiva e cidadã, ao reconhecer a escola como espaço legítimo de cuidado, aprendizagem e construção da consciência sanitária coletiva.

O primeiro aspecto observado é que o PSE, ao articular as ações das secretarias de saúde e educação, rompe com o paradigma fragmentado das políticas setoriais e institui uma nova lógica de gestão pública, baseada na intersetorialidade e na corresponsabilidade social. Essa concepção expressa um avanço civilizatório na forma de conceber o desenvolvimento humano, pois compreende que a promoção da saúde não pode ser dissociada do processo educativo. Conforme assinala Vasconcelos (2022, p. 63):

> A intersetorialidade é a tradução prática da ideia de totalidade; ela se realiza quando os sujeitos e instituições compartilham objetivos e saberes em torno do bem comum. Essa perspectiva rompe com a lógica fragmentada das políticas públicas e convoca diferentes setores a atuarem de forma integrada e colaborativa. Quando há diálogo entre áreas, o cuidado se torna mais efetivo e o processo educativo mais significativo. A ação intersetorial, assim, transforma-se em um caminho de equidade, solidariedade e fortalecimento da cidadania.

Esse princípio se revela nas ações conjuntas desenvolvidas em escolas de todo o país — desde campanhas de vacinação e acompanhamento nutricional até atividades voltadas à saúde mental e à prevenção de doenças. Os resultados apontados em estudos regionais indicam que o trabalho intersetorial tem favorecido a ampliação da cobertura vacinal infantil, sobretudo em comunidades rurais e em territórios socialmente vulneráveis, onde o acesso aos serviços de saúde ainda é limitado.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) reconhece o ambiente escolar como um dos espaços mais eficazes para a disseminação de informações sobre imunização e autocuidado, por concentrar públicos diversos e por permitir uma comunicação educativa contínua. Essa constatação é reafirmada nas experiências relatadas por Silva e Andrade (2023), ao demonstrarem que, em escolas onde o PSE é desenvolvido com participação ativa dos professores, a adesão às campanhas de vacinação aumenta de forma significativa. Nessas experiências, o docente não atua apenas como transmissor de informações, mas como mediador entre o conhecimento científico e a realidade sociocultural dos alunos, traduzindo os conteúdos técnicos em práticas pedagógicas contextualizadas e dialógicas.

A reflexão teórica evidencia, ainda, que o impacto positivo do PSE depende diretamente da qualificação dos profissionais e da capacidade das redes municipais de garantir continuidade às ações. Não se trata apenas de executar campanhas pontuais, mas de integrar as temáticas de saúde ao projeto político-pedagógico das escolas, consolidando a ideia de que educar é também cuidar. Freire (2019, p. 52) reforça essa concepção ao afirmar que:

> A educação libertadora é um ato de coragem e compromisso com a vida; ela não se realiza no silêncio, mas na participação crítica e solidária. Educar, nesse horizonte, é um gesto ético e político que exige diálogo, reflexão e engajamento coletivo. A prática pedagógica libertadora rompe com a passividade e convoca o sujeito à ação consciente, à leitura do mundo e à construção de novas possibilidades de existência. Assim, o processo educativo torna-se um espaço de emancipação e de humanização, onde ensinar e aprender se confundem no exercício da liberdade.

Nessa perspectiva, a promoção da vacinação infantil, quando conduzida no ambiente escolar, assume duplo valor: pedagógico e social. De um lado, ensina sobre a importância da prevenção e da solidariedade; de outro, fortalece a confiança da comunidade nos serviços públicos. Ao observar os relatórios do Ministério da Saúde (Brasil, 2024), percebe-se que as escolas participantes do PSE tornaram-se pontos estratégicos de atualização do calendário vacinal, contribuindo para o alcance das metas de cobertura estabelecidas pelo Plano Nacional de Imunização.

Outro resultado relevante identificado nas fontes analisadas refere-se à mudança de cultura sanitária nas comunidades escolares. A aproximação entre professores, enfermeiros e famílias tem promovido uma ressignificação do cuidado,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

transformando o ato de vacinar em um gesto de pertencimento coletivo. Essa dimensão humanizadora do PSE confirma a visão de Morin (2021, p. 109), para quem:

> Todo conhecimento deve ser contextualizado, pois separado de seu meio e de suas relações, ele perde o sentido e se torna mutilado. O pensamento complexo, ao reconhecer a interdependência entre o sujeito e o mundo, propõe uma educação que religue os saberes e una o intelecto à sensibilidade. Quando a escola compreende o aprendizado como um fenômeno vivo e integrado à experiência humana, transforma o conhecimento em instrumento de cidadania e de emancipação. Assim, a prática educativa no âmbito do PSE revela-se como um exercício de cuidado, diálogo e construção solidária do saber.

Desse modo, o trabalho educativo que envolve a vacinação não se limita à difusão de informações, mas cria espaços de diálogo e de reflexão sobre a vida em comunidade. O aprendizado ocorre de maneira horizontal, quando pais, alunos e profissionais partilham experiências e saberes, reconhecendo-se mutuamente como sujeitos de direitos e de responsabilidades. A escola, nesse processo, reafirma sua função social como lugar de escuta, empatia e mobilização social.

Por outro lado, a análise das produções acadêmicas revela desafios que ainda persistem na implementação do PSE, como a insuficiência de recursos humanos, a rotatividade de profissionais e a falta de formação continuada voltada às práticas interdisciplinares. Em muitos municípios, a ausência de articulação entre os gestores das duas pastas dificulta o planejamento integrado e reduz o impacto das ações. Superar tais entraves requer políticas estruturantes e permanentes, que valorizem a formação docente e a atuação em rede. Relvas (2020, p. 71) enfatiza que:

> A educação em saúde requer escuta, continuidade e planejamento; sem esses elementos, as práticas se esvaziam e não produzem transformação social. Educar para a saúde é um processo que se constrói no diálogo, na escuta sensível e na partilha de responsabilidades entre escola, comunidade e profissionais da área. A continuidade das ações é o que permite a consolidação de vínculos e o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. Quando o planejamento é coletivo e a escuta é genuína, o cuidado torna-se parte da cultura escolar e a promoção da saúde transforma-se em uma prática cotidiana e emancipatória.

Ainda que os desafios sejam significativos, as evidências demonstram que a integração entre educação e saúde potencializa o alcance das políticas públicas e fortalece a construção de uma consciência coletiva orientada pelo princípio do cuidado. O PSE, quando efetivamente implementado, transforma a escola em núcleo

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

irradiador de conhecimento e solidariedade, em que a informação se converte em ação e a aprendizagem se materializa em atitudes concretas de proteção à vida.

É possível afirmar, portanto, que o impacto do PSE na vacinação infantil não se resume à ampliação dos índices de imunização, mas se traduz na consolidação de uma cultura cidadã da saúde, que reconhece o direito de todos à prevenção e à qualidade de vida. A educação, nesse contexto, é o elo que une a ciência ao cotidiano, a técnica à sensibilidade e o saber acadêmico à experiência popular. Tal articulação reflete a essência de uma pedagogia da integralidade, que enxerga o ser humano como totalidade viva e relacional.

Conclui-se, à luz das análises realizadas, que o PSE representa um modelo de política pública que alia eficiência administrativa, compromisso social e sentido pedagógico. Sua prática comprova que a saúde e a educação, quando articuladas de maneira dialógica e humanizadora, produzem efeitos transformadores e duradouros. Em última instância, o programa reafirma que a escola é um território de vida, onde o conhecimento se torna ação e onde o ato de vacinar assume o valor simbólico de esperança, cuidado e emancipação coletiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que o Programa Saúde na Escola (PSE) representa uma das expressões mais significativas da política pública brasileira voltada à integração entre os campos da educação e da saúde, consolidando-se como instrumento de promoção da cidadania e de fortalecimento do direito à vida. Ao retomar o tema e os objetivos delineados, constata-se que a análise bibliográfica e documental confirmou a relevância da escola como espaço de formação integral, onde o saber científico se transforma em prática social e onde o cuidado com o outro adquire sentido educativo, ético e coletivo.

Os resultados obtidos evidenciaram que o PSE vai além de um arranjo administrativo entre ministérios, configurando-se como uma estratégia intersetorial que materializa o princípio da integralidade das políticas públicas. A pesquisa demonstrou que o programa tem potencial para ampliar a cobertura vacinal infantil,

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

fortalecer o vínculo entre escola, família e unidade básica de saúde e, sobretudo, consolidar uma cultura de prevenção e corresponsabilidade. A análise revelou que, quando bem implementado, o PSE transforma o espaço escolar em um território de cuidado e solidariedade, capaz de promover mudanças duradouras nos hábitos, nas percepções e nas práticas de saúde da comunidade.

Do ponto de vista educacional, o estudo destacou que a promoção da vacinação infantil dentro da escola é também um ato pedagógico, por envolver processos de diálogo, conscientização e exercício da cidadania. A abordagem da saúde em sua dimensão educativa favorece a construção de aprendizagens significativas, integrando ciência, ética e sensibilidade social. Assim, a escola reafirma sua função humanizadora, não apenas ao transmitir conhecimentos, mas ao formar sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com o bem comum.

Em termos de contribuição científica e social, esta investigação reforça a necessidade de fortalecer políticas intersetoriais que unam o trabalho pedagógico ao cuidado sanitário, valorizando a formação continuada dos profissionais da educação e da saúde, o planejamento coletivo e o protagonismo das comunidades escolares. O PSE se mostra como um caminho viável para a consolidação de uma pedagogia do cuidado, que compreende a vida como valor central e a saúde como expressão da dignidade humana. A escola, nesse contexto, assume papel estratégico na construção de uma sociedade mais equitativa, solidária e consciente de seus direitos e deveres.

A hipótese que orientou o estudo — a de que a integração entre educação e saúde potencializa os resultados das políticas públicas de vacinação e amplia a consciência sanitária — foi confirmada pela análise teórica e documental. Observou-se que a atuação conjunta das equipes multiprofissionais e o envolvimento das famílias contribuem para o fortalecimento de uma cultura de prevenção que ultrapassa o âmbito escolar e se estende à comunidade. Essa constatação reafirma o valor da intersetorialidade como prática transformadora e como expressão de uma gestão pública comprometida com a emancipação social.

Embora o estudo tenha alcançado seus objetivos, reconhece-se que o tema comporta ampliação em pesquisas futuras, especialmente no que diz respeito à

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

avaliação longitudinal dos impactos do PSE sobre os indicadores de saúde e sobre as práticas pedagógicas nas redes municipais. Investigações empíricas poderão contribuir para compreender de forma mais aprofundada as dinâmicas locais, os desafios de implementação e as percepções dos sujeitos diretamente envolvidos no programa.

Em síntese, conclui-se que o Programa Saúde na Escola reafirma a indissociabilidade entre educar e cuidar, traduzindo o compromisso ético da educação pública com a promoção da vida e da dignidade humana. A escola, quando assume o protagonismo na formação para a saúde, torna-se um espaço de transformação social e de esperança. Promover a vacinação infantil a partir do ambiente escolar não é apenas cumprir uma meta sanitária: é afirmar a educação como prática de liberdade, solidariedade e responsabilidade coletiva. O PSE, portanto, não se limita a uma política de governo, mas se constitui como uma política de civilização — uma aposta no poder humanizador da educação e no valor inegociável da vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica: Programa Saúde na Escola.** Brasília: MS, 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* Brasília, DF, 6 dez. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 25/10/2025 - **Accepted:** 30/10/2025
Vol: 20.01
DOI: 10.61164/38cf9j85
Pages: 1-20

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre Imunização: Avanços e Desafios Contemporâneos.** Genebra: OMS, 2022.

RELVAS, Marta. **Educação e Neurociência: A contribuição da ciência para o desenvolvimento humano e a aprendizagem.** 10. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

SILVA, Mariana; ANDRADE, Carlos. **Educação em Saúde e o Papel da Escola nas Campanhas de Vacinação Infantil.** *Revista Saúde & Cidadania,* v. 12, n. 2, p. 45–60, 2023.

VASCONCELOS, Ana Paula. **Intersetorialidade e Políticas Públicas: Desafios Contemporâneos da Gestão Social.** Fortaleza: EdUECE, 2022.